

# lei dos crimes

## AMBIENTAIS

@beatriznamiestudies

### ↳ lei 9.605/98 - artigos importantes

▶ art. 3º: As pessoas jurídicas serão responsabilizadas penalmente.

\* responsabilidade penal → pessoa jurídica pratica crime

\* empresa é prática crime ambiental

Parágrafo Único: concurso necessário entre pessoa física e pessoa jurídica.

\* 670: A pessoa jurídica pode figurar como ré em processo penal ISOLADAMENTE.

↳ A PJ será investigada no I.P

▶ art. 6º: aplicação/individualização da pena

I - gravidade do fato

motivo da infração

consequências à saúde pública e

meio ambiente

II - antecedentes do infrator ▶ qualquer uma

III - situação econômica do infrator ▶ perícia de constatação

▶ art. 9º: prestação de serviços à comunidade (Psc).

- tarefas gratuitas

- restauração no caso de dano da coisa particular, pública ou tombada

▶ art. 10: interdição temporária de direito

↳ prazo de 5 anos - crimes dolosos

↳ prazo de 3 anos - crimes culposos

▶ art. 12: prestação pecuniária → pena restritiva de direito, não é pena de multa.

↳ não inferior a 1 salário mínimo

↳ nem superior a 360 salários mínimos

▶ art. 13: recolhimento domiciliar

↳ autodisciplina

↳ sensu de responsabilidade

\* se houver descumprimento, volta p/ pena de prisão e perde a pena res-  
critiva.

@beatriznamiestudies

▶ art. 15: agravantes (2º fase da dosimetria)

I - reincidência específica de natureza ambiental

↳ transitado emulgado

**II - Ter o agente cometido a infração:**

↳ pl obter vantagem pecuniária

↳ coagindo outrem

↳ afetando ou expondo a perigo { saúde pública de maneira  
meio ambiente grave

- ↳ danos à propriedade alheia

- atingindo áreas de unidades de conservação

- ↳ atingindo áreas urbanas / assentamentos humanos

↳ período de defeso à fauna

↳ domingos e feriados

→ à noite

↳ época de seca ou inundações

↳ no interior do espaço territorial protegido

↳ métodos cruéis

→ fraude ou abuso de confiança

↳ abuso de direito

↳ no interesse de p.j mantida, por verbas públicas a beneficiada por incentivos fiscais

↳ atingido espécies ameaçadas.

- ↳ facilitada por funcionário público;

▶ Art. 16: suspensão condicional da pena nos casos de condenação a pena privativa de liberdade **NÃO SUPERIOR A TRÊS.**